

- CXII -**REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR****Fagner de Sousa Araújo**

UEMA (fagnersousa2011@bol.com.br)

Jerffeson Miguel de Oliveira

UESPI (prof.jerffeson@hotmail.com)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto aborda reflexões acerca da participação no contexto escolar, bem como os mecanismos que consolidam essa prática. Sendo este, resultado de um estudo bibliográfico, e organizado com ideias e concepções de autores como Lück (2009), Gadotti (2014) e outros que contribuíram para uma melhor compreensão da participação enquanto direito, e dever inerente à cidadania, considerando, pois, que, tais questões, são de natureza educacional, industrial, política e social. Portanto, embora sejam extremamente importantes no espaço educacional, excede esse âmbito.

Considerando as abordagens introdutórias, este estudo aborda os seguintes objetivos: compreender a importância da participação nas instituições escolares; analisar ideias e concepções de autores que contribuam para melhor compreensão da temática; identificar os principais mecanismos de participação adotados nas instituições escolares e refletir a importância da participação para concretização da gestão democrática.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo bibliográfico, considerando os procedimentos para levantamento de dados, que foi realizado por meio materiais já existentes acerca da temática, que segundo Gil (2017), é característico de pesquisas do tipo exploratório, e permite um maior aprofundamento sobre o tema, buscando assim, alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

1. ESCOLA E EDUCAÇÃO NA IDEIA EXPRESSA DE PARTICIPAÇÃO

Vivenciamos um momento histórico de profundas transformações, impactando significativamente os segmentos sociais, político e econômico, considerando refletir a ideia de uma educação cidadã que se consolide como premissa da escola do futuro. Tal contexto de mudanças marca a sociedade contemporânea e tem levado educadores e profissionais a refletirem suas práticas frente à educação. No geral, é importante lembrar grandes avanços já alcançados e como essas mudanças exigiram uma postura mais participativa num conjunto de ações que envolvem tomadas de decisões.

Segundo Olandim *apud* Romanelli, (2002, p.23):

No Brasil, os primeiros sinais de participação na gestão da educação podem ser atribuídos ao Movimento de Renovação Educacional, ocorrido no início do século passado. Esse movimento representou a luta de educadores pela laicidade da educação, pela obrigação do Estado em assumir a função educadora pública e gratuita, pela co-educação e pela construção de um Plano Nacional de Educação.

Cabe ressaltar que, com os primeiros sinais de surgimento de uma cultura de participação nos espaços escolares, também surge em paralelo, à luta por uma educação de qualidade, e só poderia ser alcançada ao passo que ocorre o cumprimento de sua função básica. Nesse momento, a construção de mentes críticas e aptas para refletir e agir sobre a realidade, ou seja, pessoas capazes de assumirem papéis fundamentais no seu processo de construção.

No entanto, de acordo com Brito (2011), “para que ocorra participação, a escola deve ser gerida de forma a permitir a interação entre os agentes internos e externos à instituição” (p.23), que emite uma concordância direta com o sentido etimológico da palavra, “participar que provém do latim *participare*, que significa tomar parte”. (p.24).

Para Gadotti (2014), “não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola” (p.1), é importante lembrar, qualidade não tem a ver apenas com condições de acesso e permanência ou com números e resultados. Nesse sentido, se a participação funciona como uma premissa para qualidade da educação deve-se então, considerar de responsabilidade da sociedade zelar por esse dever de estar ativamente envolvido com a educação dos alunos.

Lück (2009), ao expor a seguinte fala “a participação se constitui em uma expressão de responsabilidade social inerente à expressão de democracia” (p. 72). Faz refletir sobre as

ações desenvolvidas no âmbito interno da instituição escolar como condicionantes das práticas vivenciadas na sociedade.

Com isso, é preciso refletir até que ponto não existe participação por falta de mecanismos que a possibilite ou pelo fato da sociedade se manter alheia a essa prática. Nesse sentido, é preciso mais que ações de conscientização, uma vez que, não há um método infalível para estimular a participação apenas no segmento escolar, pois se trata de um pressuposto cultural e com foco direcionado para práticas cotidianas que perpassam o espaço escolar e envolve questões de cunho coletivo.

Para Motta (2003), não basta dizer que participa ou se quer participar, na sua concepção, “para participar, é necessário algum conhecimento e certas habilidades políticas”, mas reforça que, “boa parte desses conhecimentos e habilidades são fruto da própria experiência, o que significa que não se pode esperar que só se inicie a participação quando esses requisitos estiverem preenchidos”. (p. 371)

Nesse sentido, a participação não deve existir apenas nos principais mecanismos instituídos por lei, mas que essa prática se constitua como parte do próprio processo de ensino. Ou seja, deve, entre outros objetivos, buscar desenvolver no âmbito da escola, um processo que leve em consideração a construção de um senso crítico nos alunos acerca da importância de participar, ideia reforçada em Araújo (2015), ao abordar que “a educação deve servir a formação de pessoas capacitadas para participar efetivamente tanto na esfera política quanto pública”. (p.19)

Segundo Gohn (2011, p.104), “na educação, o princípio de democracia participativa tem orientado, nos anos de 1990, a criação de uma série de estruturas participativas, em que se destacam diferentes tipos de conselhos (nacionais, estaduais e municipais)”. O que se deve compreender com essa fala é que a participação não deve ser considerada como um princípio a ser estudado de forma isolada, pois como assevera Demo (2009), a participação fundamenta a dimensão básica da cidadania, e esta por sua vez, não acontece apenas em espaços privilegiados.

Nesse contexto, frisa-se que a participação nos espaços escolares não precisa e não deve ser limitada apenas aos mecanismos como o PPP ou os conselhos escolares, em seus exemplos, percebe-se que a distribuição de poder tem muito mais relação com o aspecto coletivo de ações desenvolvidas em prol da qualidade da educação e na vida em sociedade, que em concepções oriundas de tomadas de decisões.

CONCLUSÕES

Para compreender a importância da participação nas instituições escolares, se faz necessário colocar essa prática para além dos muros da escola, assim como, identificar os principais mecanismos de participação adotados nas instituições escolares requer, sobretudo, um levantamento das condições de acesso em âmbito escolar, da existência ou não de um modelo de gestão democrática. Haja vista, que a condição básica para existir participação é que esses espaços apresentem condições adequadas para essa prática.

Em suma, a participação constitui-se direito e dever de toda a sociedade, que encare a escola enquanto local privilegiado da educação formal, a qual necessita de adequação em suas práticas e ações de intervenção no cenário vivenciado, como forma de aproximar a comunidade, para que, assim, interagindo com as opiniões e sugestões propostas, possam transformar a escola em um canal de participação direta, onde direitos e deveres são assegurados e resguardados como condição para qualidade e fundamento da democracia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses. Ferreira. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares**. São Paulo: Summus, 2015.

BRITO, Renato de Oliveira. **A relevância da participação da comunidade escolar em um modelo de gestão compartilhada**. Brasília-DF: 2011. 87f.:il.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática com Participação Popular no planejamento e na organização da educação nacional CONAE**. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf> Acesso em: 23 de julho de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010/2017.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MOTTA, Fernando. Claudio. Prestes. (2003). Administração e participação: reflexões para a educação. **In: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.2, p.369-373, jul./dez.

PEREIRA, Maria Cristina Olandim. **A participação da comunidade na implementação do Programa Escola Plural**. Belo Horizonte: 2002. 128 f.: il.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 267 p.